

Falácias sobre o Preço Paritário de Importação (PPI) e Financeirização da Petrobrás

Felipe Coutinho – Vice Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET)

Julho de 2022



FALÁCIA #1

“O petróleo brasileiro é incompatível com nosso parque de refino, logo é necessário importar petróleo e por isso o preço dos combustíveis têm que acompanhar o preço do petróleo no mercado internacional e a cotação do dólar”

Esse argumento parte da premissa que o petróleo produzido no Brasil tem alguma característica que o impede de ser processado pelas refinarias nacionais. Ora se diz que é muito pesado, ou é leve, ou grosso (sic)

Em 2021 foram produzidos **2,90 milhões de barris de petróleo por dia** no Brasil, dos quais **1,32 milhões** foram exportados (**46% do total**)

A Petrobrás produziu **2,21 milhões de barris por dia**, sendo **76%** do total produzido no país, dos quais **73%** vieram do pré-sal. Foram exportados pela Petrobrás **575 mil** e importados **154 mil barris por dia**

O parque de refino da Petrobrás processou **95%** do petróleo nacional no 4º trimestre de 2020, em 2021 processou **92%**. O que demonstra a compatibilidade entre a qualidade do petróleo e as refinarias brasileiras

Existe petróleo brasileiro em qualidade e quantidade disponível e compatível com o parque de refino do país. A premissa é falsa e conduz a conclusão enganosa, trata-se de uma **Falácia de Falsa Premissa**

FALÁCIA #2

“O Brasil não tem capacidade de refino para atender nosso mercado de combustíveis, logo é necessário importar e se a Petrobrás praticar preços inferiores aos de importação ninguém vai importá-los e haverá desabastecimento”

Para analisar esse argumento devemos recorrer ao desempenho histórico do parque integral de refino da Petrobrás

Gasolina

Em 2014 foram produzidos **181,6 milhões de barris** de Gasolina A no Brasil, equivalente a **248,8 milhões de barris** de Gasolina C (com 27% de etanol anidro)

Em 2021, o mercado brasileiro de Gasolina C foi de **247,2 milhões de barris**. Ou seja, existe capacidade instalada e provada de se produzir no Brasil a demanda pela Gasolina C de 2021

Óleo Diesel

Em 2014 foram produzidos **312,4 milhões de barris** de diesel no Brasil

Em 2021, o mercado brasileiro de diesel de origem fóssil – descontada a fração de Biodiesel – foi de **343,4 milhões de barris**

FALÁCIA #2

“O Brasil não tem capacidade de refino para atender nosso mercado de combustíveis, logo é necessário importar e se a Petrobrás praticar preços inferiores aos de importação ninguém vai importá-los e haverá desabastecimento”

O 1º trem da RNEST (refinaria de Pernambuco) entrou em operação em dezembro de 2014, o que aumenta significativamente a capacidade de refino e produção de óleo diesel

Em 2016, a RNEST produziu **22,2 milhões de barris** de diesel. Sua capacidade instalada para a produção de diesel é de **27,4 milhões de barris por ano**

Somada sua capacidade instalada ao que foi produzido pelo parque de refino da Petrobrás em 2014, antes de sua entrada em operação, pode se alcançar **339,8 milhões de barris por ano (99% do óleo diesel vendido em 2021 no Brasil)**

O 2º trem da RNEST que pode dobrar sua produção do diesel e demais combustíveis está em fase avançada de construção e pode ser concluído em prazo relativamente curto, mas sua implantação foi interrompida por decisão da direção da Petrobrás

A capacidade de produção nacional do óleo diesel é compatível com a demanda, caso exista a necessidade de importação seria residual



FALÁCIA #2

“O Brasil não tem capacidade de refino para atender nosso mercado de combustíveis, logo é necessário importar e se a Petrobrás praticar preços inferiores aos de importação ninguém vai importá-los e haverá desabastecimento”

O argumento pressupõe que não há capacidade de refino para atender nosso mercado, o que os resultados históricos demonstram que não é verdade para a gasolina e, no caso do diesel, a necessidade de importação é residual em comparação com o que pode ser produzido aqui. A premissa é falsa para a gasolina e pouco relevante para o diesel

Depois se conclui que por, supostamente, existir a necessidade de importar, caso a Petrobrás não pratique o PPI, haverá desabastecimento

Ocorre que a Petrobrás não adotou o PPI desde sua criação, em 1953, até outubro de 2016 e não houve desabastecimento. O argumento não traz nenhum fato novo que justifique porque agora a consequência de não se adotar o PPI seria diferente

A Petrobrás ao praticar preços inferiores ao PPI tende a recuperar o mercado e, caso haja necessidade, o volume residual pode ser importado por ela



FALÁCIA #2

“O Brasil não tem capacidade de refino para atender nosso mercado de combustíveis, logo é necessário importar e se a Petrobrás praticar preços inferiores aos de importação ninguém vai importá-los e haverá desabastecimento”

Os custos médios e ponderados de produção e importação da Petrobrás sempre foram menores que seus preços. É possível adotar política de preços competitivos, baseados nos custos e na paridade de exportação do combustível brasileiro e garantir alta lucratividade da Petrobrás

O argumento inclui uma pressuposição que não foi previamente esclarecida como verdadeira, a premissa de que a Petrobrás não poderia importar os volumes residuais de combustíveis que não pudessem ser produzidos no Brasil. **Trata-se de uma Falácia da Pressuposição**



FALÁCIA #3

“A Petrobrás praticou preços inferiores aos de importação entre 2011 e 2014, essa prática trouxe prejuízos que quebraram (ou quase quebraram) a estatal. Por isso, não se pode praticar preços inferiores aos de importação para não quebrar a Petrobrás”

A Petrobrás praticou preços inferiores aos de importação na maior parte de sua história, inclusive entre 2011 e 2014. No entanto, a Petrobrás nunca esteve quebrada, ou próxima de quebrar, por causa disso

A estatal é uma grande geradora de caixa. Em 2011, foram **US\$ 43 bilhões**, entre 2012 e 2017, a geração se manteve estável entre **25 e US\$ 33 bilhões por ano**. Da mesma forma, entre 2018 e 2020, variou entre **28 e US\$ 33 bilhões**, em valores atualizados

Também neste período nos quais praticou preços relativamente baixos (2011-2014) manteve enormes reservas em caixa, entre **13,5 e US\$ 25 bilhões**, em valores nominais, superiores às multinacionais estrangeiras. A capacidade de honrar compromissos de curto prazo sempre foi evidenciada pelo índice de liquidez corrente superior a 1,5

Uma empresa com essa capacidade de geração de caixa, disponibilidade vultosa de reservas e que sempre contou com acesso a crédito abundante nos mercados nacional e internacional (recursos de terceiros para investimentos e administração da dívida) não pode ser caracterizada como falimentar. Trata-se de mais uma **Falácia de Falsa Premissa**



FALÁCIA #4

“A Petrobrás deve maximizar seu lucro. O Preço Paritário de Importação (PPI) aumenta o lucro, logo deve ser praticado”



O objetivo essencial das sociedades de economia mista, como a Petrobrás, não é a obtenção de lucro, muito menos aquele lucro não recorrente e de curto prazo, mas a implementação de políticas públicas

O que legitima a ação do Estado como empresário (a iniciativa econômica pública do artigo 173 da Constituição de 1988) é a produção de bens e serviços que não podem ser obtidos de forma eficiente e justa no regime da exploração econômica privada

Não há nenhum sentido em o Estado procurar receitas por meio da exploração direta da atividade econômica. A esfera de atuação das sociedades de economia mista é a dos objetivos da política econômica, de estruturação de finalidades maiores, cuja instituição e funcionamento ultrapassam a racionalidade de um único ator individual (como a própria sociedade ou seus acionistas)

A empresa estatal em geral, e a sociedade de economia mista em particular, não tem apenas finalidades microeconômicas, ou seja, estritamente “empresariais”, mas tem essencialmente objetivos macroeconômicos a atingir, como instrumento da atuação econômica do Estado

Temos aqui mais uma falsa premissa, a de que a Petrobrás deve maximizar seu lucro

FALÁCIA #4

“A Petrobrás deve maximizar seu lucro. O Preço Paritário de Importação (PPI) aumenta o lucro, logo deve ser praticado”



A política de preços altos e vinculados à variação do preço do petróleo e do câmbio, inaugurada em 2016, prejudicou tanto a Petrobrás, quanto o consumidor brasileiro

O diesel caro da estatal enalhou nas refinarias, assim ela perdeu mercado e receita de vendas com a ocupação de até 30% do mercado brasileiro pela cadeia de importação que é multinacional e estrangeira

Sem conseguir escoar a produção de diesel, as refinarias da Petrobrás precisaram limitar a carga de petróleo e se tornaram ociosas, em até 30%. Ganharam os refinadores dos EUA, os operadores de logística “traders” estrangeiros e as distribuidoras concorrentes da Petrobrás que operaram, lucrativamente e com baixo risco, na importação de diesel. Assim como, os produtores de etanol que tomaram o mercado da gasolina cara

Assim, pode se concluir que preços mais altos, como os que têm sido praticados a partir da adoção do PPI, não necessariamente trazem maiores lucros, em consequência da perda do mercado

Aqui temos uma combinação de duas **Falácias de Falsas Premissas**, a de que a Petrobrás deve maximizar seu lucro e a de que o PPI necessariamente o eleva, resultando na conclusão enganosa de que o PPI deve ser adotado pela direção da Petrobrás

FALÁCIA #5

“A Petrobrás tem o monopólio do refino no Brasil, por isso não há competição e os preços são altos. A solução é privatizar suas refinarias”

Desde a promulgação da Lei nº 9.478/1997, a Petrobrás não é mais a executora única do monopólio da União nas atividades de refino no Brasil

O mercado brasileiro do refino é aberto e competitivo, faz parte da bacia do Atlântico, como demonstra a invasão do mercado pelo diesel e a gasolina produzidos nos EUA, como resultado dos preços relativamente altos praticados pela Petrobrás

Mais uma vez o argumento apela para uma pressuposição falsa de que a Petrobrás tem “monopólio do refino”, se referindo ao monopólio da venda de combustíveis de origem fóssil. Depois conclui que o fim do “monopólio” traria a competição e preços menores, mas ocorre que quando a Petrobrás pratica preços menores, a lucratividade dos importadores cai, se reduz a importação e a competição. Logo, para que exista maior competição é preciso que a Petrobrás pratique preços altos, o contrário da relação de causalidade do que se alega com o argumento

Então existe uma inversão de causalidade e uma inversão no sentido da correlação. O suposto fim do monopólio não traz a competição e a redução dos preços. Não existe monopólio e a redução dos preços praticados pela Petrobrás é que reduz a importação e a competição. **Temos a Falácia da Falsa Premissa, a Falácia da Inversão de Causa e Efeito, combinada com a Falácia da Causa Complexa**

O FRACASSO DA GESTÃO DAS MULTINACIONAIS DO PETRÓLEO E AS LIÇÕES PARA A PETROBRÁS

Felipe Coutinho* - junho de 2016



As maiores multinacionais de capital privado do setor do petróleo não repõem suas reservas na taxa que são esgotadas, têm produção declinante, apresentam resultados financeiros fracos, e perderam boa parte de sua capacidade tecnológica, ao terceirizar suas atividades às empresas prestadoras de serviço. Em uma palavra, definham

Entre as principais causas, a adoção de modelo de negócios baseado em premissas falsas, com objetivo de maximizar o valor para o acionista no curto prazo, com precária visão estratégica ao não compreender o ambiente de negócios, seguindo bovínia e consensualmente planos similares baseados em informações de “consultorias independentes”, ao negar restrições socioeconômicas, além de ignorar limites naturais

Caso a Petrobrás adote modelo parecido terá o mesmo destino, em breve...



Consequências da financeirização adotada pela alta administração da Petrobrás

A direção da Petrobrás reduziu sua dívida mais rápido do que o necessário para justificar privatização de ativos rentáveis e resilientes à variação do preço do petróleo (BR, NTS, TAG, RLAM, GASPETRO etc) por preços questionáveis

As privatizações representaram apenas cerca de 25% da redução da dívida de US\$ 115,4 para US\$ 81,19 bilhões, entre 2015 e 2019, 75% foi resultado da geração de caixa

Reduziu investimentos de US\$ 20 (1965-2020) e US\$ 50 (2009-14) para cerca de US\$ 8 bilhões por ano

Eventos não recorrentes possibilitaram elevação da geração de caixa livre e vultosos dividendos

- Redução dos investimentos que pode comprometer reposição de reservas, produção de petróleo e agregação de valor a ele
- Venda de ativos
- Exportação de petróleo cru a preços relativamente altos
- Reversão de Impairments
- Ajustes tributários

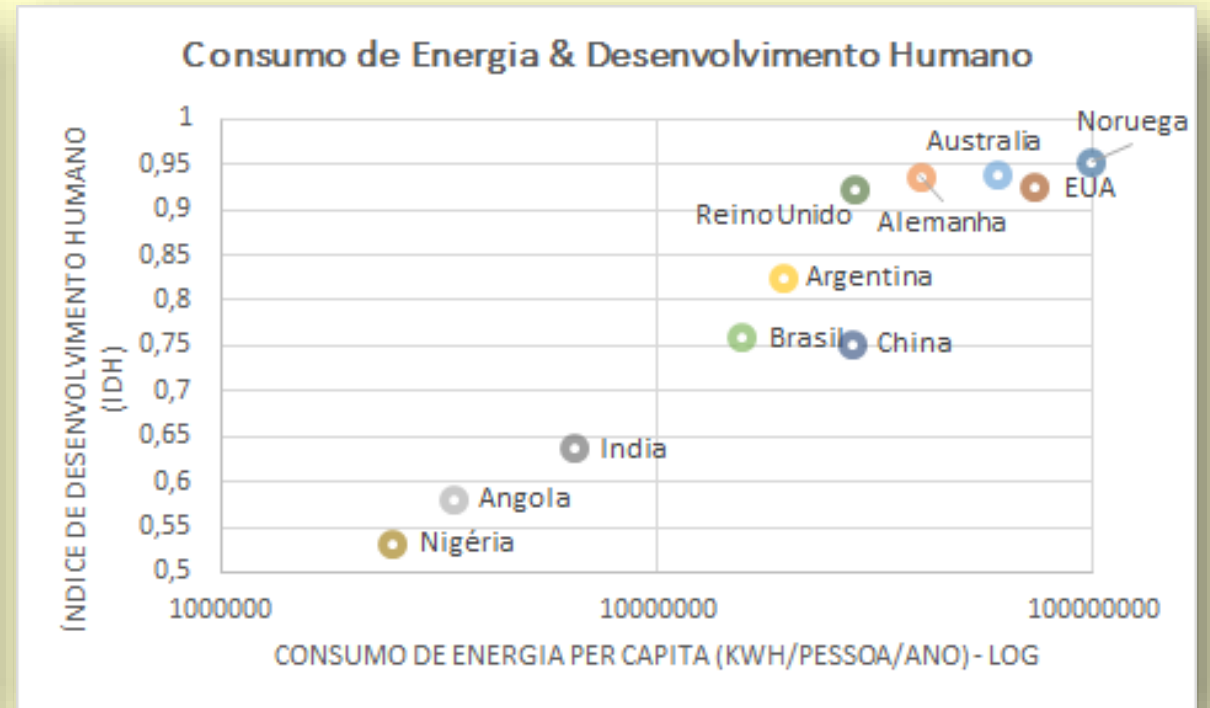
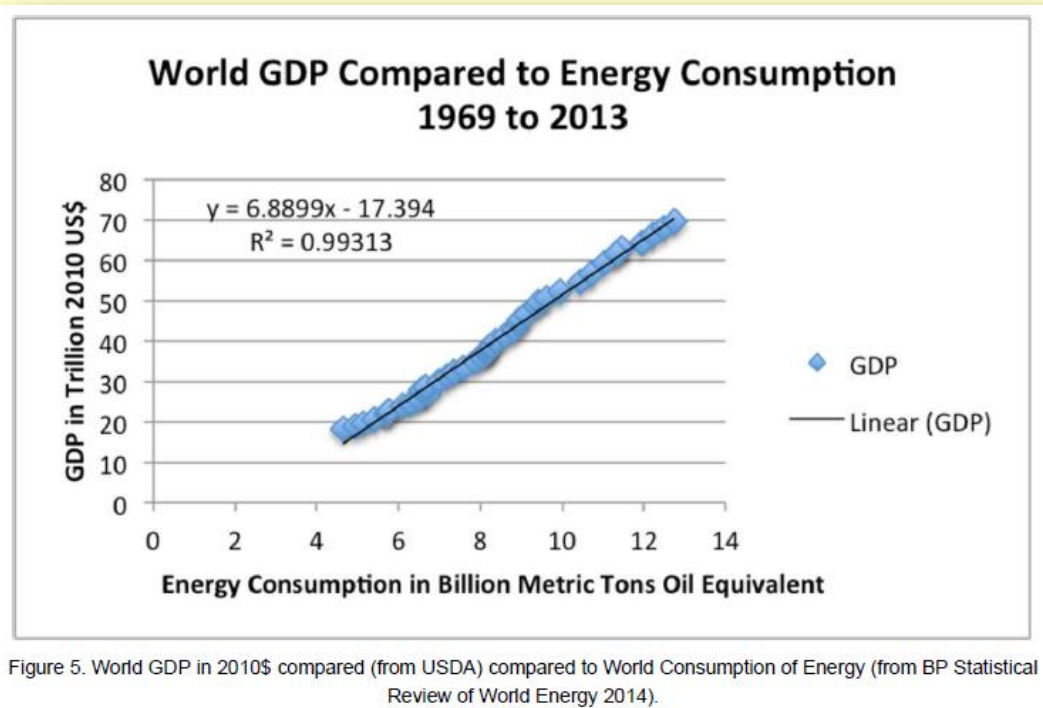
Qual acionista se beneficia disso? O especulador de curto prazo, o agente do sistema financeiro, BLACKROCK e similares

O FRACASSO DA GESTÃO DAS MULTINACIONAIS DO PETRÓLEO E AS LIÇÕES PARA A PETROBRÁS

Felipe Coutinho* - junho de 2016

Nenhum país se desenvolveu exportando petróleo por multinacionais estrangeiras. Nenhum país, continental e populoso como o Brasil, se desenvolveu exportando petróleo ou matérias primas mesmo que por meio de estatais

Há correlação entre o consumo de energia e o crescimento econômico. Também se correlacionam o consumo per capita de energia e o desenvolvimento humano. Nenhum país tem alto IDH e baixo consumo de energia



O FRACASSO DA GESTÃO DAS MULTINACIONAIS DO PETRÓLEO E AS LIÇÕES PARA A PETROBRÁS

Felipe Coutinho* - junho de 2016



Para que o Brasil se desenvolva é necessário produzir o petróleo do pré-sal na medida da nossa necessidade. Deve se agregar valor ao petróleo cru com sua transformação em mercadorias úteis, por meio do refino, da petroquímica, da química fina, da indústria de fármacos e de fertilizantes

Não devemos embarcar em novo ciclo do tipo colonial e permitir a exportação do petróleo, muito menos por multinacionais que esgotaram suas reservas e cobiçam nossos recursos para resultados privados de curto prazo, e possivelmente predatórios

O modelo de negócios da Petrobrás deve ser diferente daquele adotado pelas multinacionais (IOCs) e que resultaram em rotundo fracasso. Ao invés de mirar na agregação de valor para o acionista no curto prazo, deve objetivar a segurança energética e alimentar brasileiras

Viabilizar a transformação do petróleo em produtos com maior valor agregado. Produzir o petróleo na medida do nosso desenvolvimento, para consumo interno em resposta a tantas necessidades não atendidas

Restringir a exportação aos derivados de maior valor, de forma cuidadosa, planejada e responsável. Utilizar a renda petroleira para levantar a infraestrutura para a produção dos biocombustíveis e das energias renováveis

O FRACASSO DA GESTÃO DAS MULTINACIONAIS DO PETRÓLEO E AS LIÇÕES PARA A PETROBRÁS

Felipe Coutinho* - junho de 2016



Ao contrário do que fizeram as multinacionais (IOCs), a Petrobrás deve preservar e promover a capacidade do seu corpo técnico, evitar a terceirização com a contratação de serviços técnicos via prestadoras de serviços

A história demonstrou que, nesta indústria intensiva em tecnologia, é essencial preservar as vantagens competitivas conferidas pela liderança tecnológica. É necessário que o corpo técnico próprio conduza a pesquisa e a inovação, a elaboração dos projetos básicos, a compra dos materiais e equipamentos, a supervisão da construção e da montagem, além da integração das diversas disciplinas dos empreendimentos

São aspectos essenciais para preservar a Petrobrás contra a corrupção. O banimento dos contratos de amplo escopo, do tipo Engineering, Procurement and Construction (EPC), é condição básica para o fortalecimento institucional da companhia diante dos interesses privados de seus fornecedores. É fundamental para garantir prazos e custos previsíveis e competitivos, além da qualidade e da segurança requeridas

Ainda sofremos as consequências de nossa herança colonial. Nossas elites são acostumadas a viver em subserviência aos interesses da metrópole, um dia Portugal, depois a Inglaterra, e agora os EUA. A cultura desta fração da sociedade é mimética, se copiam valores e visões de mundo que vêm de fora. Na indústria do petróleo, na qual o consenso é lugar comum, as consequências podem ser ainda mais deletérias

O FRACASSO DA GESTÃO DAS MULTINACIONAIS DO PETRÓLEO E AS LIÇÕES PARA A PETROBRÁS

Felipe Coutinho* - junho de 2016



No entanto, somos herdeiros da maior mobilização popular contemporânea, a campanha “O Petróleo é Nosso”. Está no DNA da Petrobrás, a maioria da população garantiu a criação da estatal, as descobertas de petróleo no Brasil e nosso amadurecimento industrial

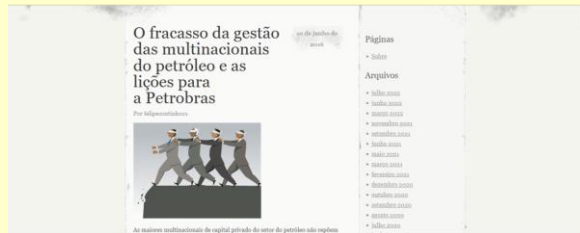
Ainda hoje, se temos a Petrobrás e o pré-sal é porque a maioria da população defende e reconhece valor na companhia

A natureza e o trabalho de gerações de brasileiros nos deram a grande oportunidade que é o petróleo do pré-sal. Precisamos ser capazes de empreender um projeto soberano para, desta vez, usar as riquezas naturais brasileiras em benefício da maioria da população. Para isso é essencial que o modelo de negócios da Petrobrás seja diferente do fracassado modelo adotado historicamente pelas maiores multinacionais de capital privado

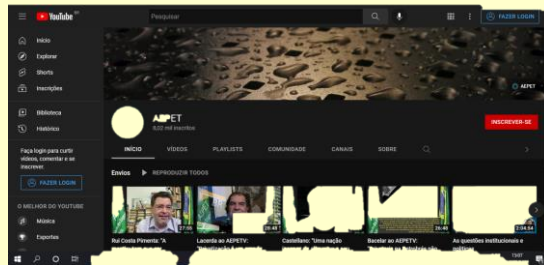
Referências



<https://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/7536-cinco-falacias-sobre-o-preco-paritario-de-importacao-ppi-praticado-pela-direcao-da-Petrobrás>



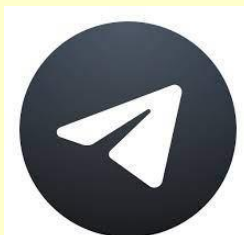
<https://felipecoutinho21.wordpress.com/>



<https://www.youtube.com/c/AEPETNacional>



<https://www.amazon.com/Revista-da-Aepet-9-book-series/dp/B09456VQTB>



t.me/aepet

